

Atrasos nos tribunais dominam queixas contra sistema judicial

A Provedoria de Justiça recebeu, durante 2008, 177 queixas sobre a administração da justiça, sendo que o grosso das reclamações (122) refere-se a atrasos nos processos em tribunal, menciona um relatório hoje divulgado

Dentro desta categoria, avultam as reclamações relativas a demoras em processos cíveis (76), em processos administrativos e fiscais (19), em processos-crime (dez) e em processos de falência (cinco).

Quanto às demoras nos processos judiciais foi possível identificar situações em que "os atrasos se devem à falta de meios humanos e materiais ao nível das secretarias judiciais".

Integram-se ainda neste grupo (assuntos judiciários) as queixas que têm o Instituto de Gestão Financeira e de Infra-Estrutura da Justiça como entidade visada (13), principalmente sobre atrasos no pagamento dos honorários devidos a advogados e advogados estagiários por serviços prestados no âmbito do sistema de acesso ao direito e aos tribunais.

"Houve ainda reclamações contra a Ordem dos Advogados relativas a demoras na instrução de processos disciplinares a advogados e contra a Câmara dos Solicitadores, por atrasos nos processos visando solicitadores", adianta o relatório.

"O ano que findou deixou patente que as demoras nos processos se verificam, principalmente, nos Conselhos Deontológicos de Lisboa e do Porto da Ordem dos Advogados, designadamente na averiguação e conclusão dos procedimentos disciplinares visando advogados", acentua o relatório.

As 117 queixas sobre administração da justiça representam, contudo, pouco mais do que 11 por cento do número total de processos da área em que se integram, que inclui estrangeiros/nacionalidade, segurança rodoviária e trânsito e registos e notariado.

No global, esta área recebeu, durante 2008, 1 554 queixas e, uma vez que, ainda em 2008, se prosseguiu a instrução de 116 que haviam transitado do ano anterior, foram movimentados um total de 1 670 processos.

Os arquivamentos nesta área ascenderam a 1 422 e a 31 de Dezembro último estavam pendentes 233 processos.

A matéria dos estrangeiros e nacionalidade contribuiu com mais de 77 por cento das queixas tratadas nesta área, sendo de destacar que as reclamações relativas aos processos da Conservatória dos Registos Centrais de transcrição de nascimentos ocorridos no antigo Estado português da Índia motivou, por si só, 53 por cento do total das queixas desta área em 2008.

Os assuntos rodoviários, com 132 processos em 2008, contribuíram com 8,5 por cento das queixas desta área, sendo que a maior parte destas queixas prende-se com contra-ordenações rodoviárias, em particular, a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (29) e com a EMEL/Empresa Municipal de Estacionamento de Lisboa (seis).

Nos assuntos rodoviários, 2008 ficou marcado, segundo a Provedoria, por queixas sobre o eventual descaminho de centenas de processos relativos à emissão e renovação de cartas de condução e, em menor escala, sobre atendimento presencial nos serviços, a inadequação do prazo de validade fixado nas guias de substituição (quatro meses) e o facto de aquelas guias não serem aceites fora de Portugal.